



ATA DA SEGUNDA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DA RIBEIRINHA - 2022

Ao trigésimo dia do mês de junho de dois mil e vinte e dois pelas vinte horas e quinze minutos, teve lugar no edifício sede da Junta de freguesia da Ribeirinha, sito à Rua da Igreja, número duzentos e vinte e sete, a segunda sessão ordinária da Assembleia da Freguesia da Ribeirinha, presidida por João Nelson do Couto Fernandes Pacheco de Lima, na qualidade de Presidente da Mesa da Assembleia de Freguesia, Secretariada por Ana Maria Gomes Codorniz Costa e Ângela Fátima Pereira Borges Pires, na qualidade de primeira e segunda Secretárias respetivamente.-----

Procedeu-se à chamada dos membros eleitos presentes, a saber: -----

-----**Pelo grupo do partido social democrata:**-----

-----Diliana Parreira Pacheco.-----

-----Rui Daniel Lourenço Parreira Miranda-----

-----Ângela de Fátima Pereira Borges Pires-----

-----Ana Maria Gomes Codorniz Costa-----

-----João Nelson do Couto Fernandes Pacheco de Lima-----

-----**Pelo grupo do partido socialista:**-----

-----José Élio Valadão Ventura-----

-----Emiliana Pires Gaspar-----

-----António Gonçalves Toste Parreira-----

-----Wendy Mary Toste Ferreira Vieira-----

-----**Junta Freguesia da Ribeirinha:**-----

-----Alberto Gonçalves de Melo-----

-----Helena do Carmo Ferreira Freitas Toste-----

-----João Davide Pires Leal-----

As identidades de todos os elementos presentes foram verificadas pelo presidente da Mesa da Assembleia, em conformidade com o artigo 78 conjugado com o artigo 79 da Lei n.º 169/99 de dezasseis de setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 95-A/2002, de onze de janeiro, alterada pela Lei n.º 67/2007, de trinta e um de dezembro, pela Lei Orgânica n.º 1/2011, de trinta de novembro e pela Lei n.º 75/2013, de doze de setembro.-----

Foi apresentado por Francisco Pontes Luís de Melo um pedido de substituição, enquanto membro da Assembleia de Freguesia da Ribeirinha, por motivo de ausência inferior a trinta dias, nos termos do previsto no artigo 78º da lei 169/99, de dezasseis de setembro, na redação última da lei nº 69/2021, de vinte de outubro. A substituir Francisco Pontes Luís de Melo, pela ordem da lista, seria a eleita Patrícia de Fátima Vieira Rocha Martins que apresentou justificação de falta, enquanto membro da Assembleia. Vem assim, em sua substituição a nomeada imediatamente a seguir na ordem da lista, Wendy Mary Toste Ferreira Vieira.-----

Foi apresentado por Marília de Fátima Meneses Soares Luís um pedido de substituição, enquanto membro da Assembleia de Freguesia da Ribeirinha, por motivo de ausência inferior a trinta dias, nos termos do previsto no artigo 78º da lei 169/99, de dezasseis de setembro, alterada e republicada pela Lei nº 5-A/2022, de onze de janeiro, alterada pela lei nº 67/2007, de trinta e um de dezembro, pela lei orgânica nº 1/2011, de trinta de novembro e pela lei nº 75/2013, de doze de setembro. Nos termos do artigo 79º da lei nº 169/99, de dezasseis de setembro, com as alterações supra citadas é assim, substituída pela eleita Diliana Parreira Pacheco.-----

-----**Período antes da ordem do dia**-----

O Presidente da Assembleia informou à semelhança das anteriores Assembleias ocorridas que se iria proceder à gravação áudio da sessão, como forma de facilitar a elaboração da respetiva ata. Este comunicou ainda que em conformidade com as anteriores reuniões e fazendo uso do previsto no

ponto 2 do artigo 25 do Regimento da Assembleia de Freguesia colocará à aprovação em minuta as deliberações tomadas nesta Assembleia sendo esta minuta lida em voz alta no final da reunião e assinada pelo Presidente da Mesa da Assembleia e pelas Secretárias da mesma. O mesmo informou ainda, que a ata da última sessão ordinária foi remetida por e-mail atempadamente a todos os membros da Assembleia presentes naquela reunião. Pediu, então, a aprovação para a mesma e levou assim, a ata número um da Assembleia de freguesia da Ribeirinha de vinte e dois de abril de dois mil e vinte e dois a votação. Não havendo qualquer objeção foi aprovada por unanimidade em todo o seu teor.-----

O Presidente da Assembleia comunicou que, desde a última reunião, a única correspondência registada pela Mesa da Assembleia foi a convocatória para esta reunião. Pediu, assim, a dispensa da sua leitura, uma vez que esta foi enviada a todos os presentes. O mesmo deixou a todos os membros eleitos da Assembleia de Freguesia a possibilidade de questionarem o Executivo sobre a administração direta do referido órgão da Freguesia.-----

José Élio Ventura pediu a palavra e cumprimentando todos os presentes, começou por abordar dois assuntos já discutidos em anteriores reuniões, referindo-se à impossibilidade de os cidadãos comentarem as publicações na página do *facebook* da Junta de Freguesia e solicitou assim, a decisão final do Executivo sobre este assunto. Mencionou ainda a importância da apresentação dos mapas contabilísticos desagregados, tal como solicitado na última reunião de Assembleia.-----

Alberto Melo interveio dizendo que o Executivo reuniu-se e decidiu manter a posição anterior, ou seja, utilizar a página do *facebook* da Junta apenas para postar notas informativas, dando sempre a possibilidade aos cidadãos de deixarem mensagem, deu ainda nota de que este formato tem sido usado para mensagens privadas e prontamente respondidas pelo Executivo.-----

João Leal referiu que relativamente aos mapas desagregados disponibilizam agora, os mapas de 2021 bem como a demonstração orçamental da despesa e da receita-----

José Élio Ventura considerou que o documento deveria ter sido anexado à convocatória de forma a ser objeto de uma análise antecipada e cuidada e não entregue agora. Em relação ao *facebook* não entende os receios do Executivo ao definir uma estratégia de não querer ouvir os cidadãos. Alegou ainda que tal poderia ajudar a melhorar o desempenho do Executivo. Este disse ainda que, a página deveria ser informativa e em simultâneo ser aproveitada para oscultar os cidadãos e as coletividades da Ribeirinha. “Estando fechada” demonstra que a Junta tem receio de ouvir os cidadãos. José Élio Ventura conclui assim que o Executivo tem grande receio do que as pessoas, porventura, possam escrever na página da Junta de Freguesia. António Toste referiu que os documentos/mapas desagregados são do ano transato, encontrando-se assim, desatualizados, não tendo qualquer vantagem em serem trazidos a esta reunião. Considerou ainda que há falta de informação escrita por parte do Executivo da Junta, estando ausente a informação financeira e a demonstração orçamental da receita e da despesa.-----

João Leal justificou o facto de os documentos não estarem anexados à convocatória, justamente por serem do ano anterior. Trouxe agora à reunião os de 2021 por serem os oficiais. Relativamente ao Mapa de controlo/execução orçamental deste ano, o mesmo não foi trazido à Assembleia por mudança de sistema informático, não podendo assim, ser validado, devido a problemas de importação do portal para o sistema em vigor. Relativamente à informação financeira é sua intenção trazer a todas as reuniões da Assembleia. Referiu assim que o saldo bancário, a esta data, é de 13.853€ não possuindo dívidas nem salários em atraso, a situação com a segurança social e com a autoridade tributária encontra-se regularizada e os fornecedores recebem num prazo inferior a trinta dias. Reafirmou que, futuramente, o mapa de execução orçamental passará a integrar as próximas convocatórias, caso sejam ultrapassados os problemas informáticos.-----

Por sua vez, Wendy Vieira referiu que não foram respeitados os oito dias úteis para a convocatória desta Assembleia, realçando que deverão ser cumpridos oito dias úteis e não corridos como aconteceu com a entrega da documentação e a correspondente convocatória. Esta referiu ainda que

relativamente ao documento informativo das atividades da Junta de Freguesia, este é pouco esclarecedor, causando dúvidas. Solicita que, futuramente, este seja mais explícito.-----

O Presidente da Assembleia comprometeu-se, futuramente, em cumprir com os prazos para a convocatória bem como para a entrega dos documentos.-----

José Élio Ventura mencionou não compreender o porquê do mapa de execução orçamental não ter sido levado à Assembleia, uma vez que na reunião anterior foi abordada essa necessidade. Considerou ser necessário o Executivo ponderar se quer dar essa informação ou não.-----

Na opinião de Emília Gaspar a bancada do Partido Social Democrata deveria pronunciar-se sobre o assunto da página do *facebook*, lamentando, uma vez mais, o facto da mesma não permitir comentários positivos ou negativos, considerando esta, ser uma má decisão e um retrocesso, pois esta página sempre foi aberta ao público.-----

João Leal interveio dando um registo, dizendo que não há contradição nenhuma, este referiu que os documentos de execução orçamental poderão ser essenciais na ótica do senhor José Élio Ventura, mas no seu entender a ausência destes não impossibilitam a análise das contas da Junta. Insistiu ainda, em dizer que não está a negar qualquer informação. Relativamente ao *facebook* referiu que o Executivo não tem medo da reação das pessoas. Disse apenas que na sua opinião pessoal tratando-se o *facebook* de uma rede social não deveria ser usada por Instituições Públicas, uma vez que esta não foi desenhada para autarquias. Disse também que, apesar de não ser possível fazer comentários na página de *facebook* da Junta, todas as pessoas são ouvidas e esclarecidas em privado ou de forma presencial. Realçou ainda, que não é medo da crítica, mas uma opção do Executivo, tratar os assuntos no devido local.-----

Diliana Pacheco pediu a palavra apenas para reforçar o já exposto pelo Executivo quanto à página do *facebook*, dizendo que o facto de não se conseguir fazer comentários, também penaliza o Executivo pois não aceita comentários positivos e elogios. Disse ainda que tudo o que é publicado na página da Junta pode ser publicado nas páginas pessoais e aí podem comentar o que bem entenderem.-----

José Élio Ventura pediu de novo a palavra ao presidente da Assembleia, pois disse não ter terminado a sua intervenção, esclareceu e reforçou a ideia de que a página do *facebook* da Junta é meramente informativa porque o Executivo assim o quer. Quanto aos documentos de controlo/execução orçamental continua a insistir que os mesmos fazem falta, tal como referido e relatado na última ata da Assembleia.-----

O Presidente da Assembleia deixou claro a necessidade dos documentos atrás referidos seguirem como anexo à convocatória.-----

Alberto Melo propôs à Assembleia um voto de louvor a Tibério Manuel da Silva Vargas, maestro da Filarmónica Recreio dos Lavradores da Ribeirinha, após 25 anos ao serviço da mesma. Apresentou assim, um pedido de voto de louvor à Assembleia.-----

O Presidente da Assembleia resumidamente disse que o que o Executivo trazia uma proposta de voto de Louvor ao Tibério Vargas.-----

José Élio Ventura referiu que Tibério Vargas fez um trabalho notório ao serviço da Filarmónica Recreio dos Lavradores da Ribeirinha e que os elementos do Partido Socialista se associam ao voto de louvor. Todavia, questiona o seu conteúdo e a sua forma. Realça que é a Assembleia de Freguesia que faz o reconhecimento e não o Executivo. Sugeriu assim, que o voto de louvor seja redigido de novo e que o mesmo deveria ser entregue ao senhor Tibério Vargas pelo Presidente da Assembleia e não pelo Presidente do Executivo, pois foi nesta, que o mesmo vai ser aprovado.-----

O Presidente da Assembleia referiu que a eleição do voto de louvor deverá ser feita por voto secreto, pois quando está em causa pessoas é esse o procedimento adequado. Este propôs, que esse voto de louvor fosse reescrito e seguidamente, enviado aos elementos da Assembleia via e-mail para anuência ou possíveis alterações. O Presidente da Assembleia comprometeu-se que o voto só seria entregue ao senhor Tibério Vargas com a anuência de todos. Tal não invalidou a votação ao voto de



louvor proposto. Assim, por voto secreto, procedeu-se à respetiva votação. Verificados os nove votos, o louvor a Tibério Vargas foi aprovado por unanimidade.-----

António Toste interveio falando sobre assuntos já discutidos na anterior Assembleia, ou seja, sobre as passadeiras da rua da igreja, limpeza dos poços e limpeza na Canada do Mato. Realçou que na anterior reunião referiu que a limpeza dos poços estava má, mas atualmente está péssima. O da Canada do Mato era razoável, nesse momento é má, disse ainda, que a grota da Ladeira Grande nem aparece. Questionou assim o porquê destes lugares estarem neste mau estado. -----

O Presidente da Junta referiu que tal se deve ao facto de estarem com muitas dificuldades, anteriormente tinham dez funcionários e neste momento têm apenas dois. Referiu ainda que os programas estão a terminar, sem possibilidade de renovação. Está a ser difícil a execução das várias tarefas, tais como o corte de relvas, a colocação de herbicidas na freguesia toda, a pintura das passadeiras entre outras. Quanto à limpeza dos poços o dr. Pedro da Secretaria do Ambiente comprometeu-se a mandar limpar nas próximas semanas os poços que não estão bem. Relativamente às passadeiras foi enviado um ofício à câmara, ao cuidado do Paulo Lima a fim de pedir autorização para a pintura das passadeiras, até agora sem resposta sobre o assunto. Reforçou que o colaborador indicado para tal tarefa era o Emanuel que neste momento não se encontra a trabalhar na Junta, por ter terminado o contrato.-----

António Toste questionou o porquê do Presidente da Junta ter feito pedido para aprovação da Câmara Municipal para pintar passadeiras que já existiam. Este referiu ainda, que há necessidade urgente de limpeza dos poços e se for à espera da Secretaria do Ambiente demorará muito tempo.- Em relação à questão de a Junta de freguesia ter poucos colaboradores, afirmou que, falou com um Presidente de Junta que colocou quatro colaboradores em programas e irá colocar mais dois, sendo que não entende como a Junta de freguesia da Ribeirinha não pôs nenhum, algo não está certo. Disse ainda, que quando o anterior Executivo começou, não havia apoio para a limpeza da freguesia, com muito esforço chegaram à volta dos 28.000€, atualmente o valor situa-se nos 33.000€. Em relação ao ano anterior, subiu mais 5.000€, a que acresce mais 4.000€ do Ambiente, o que totaliza 37.000€. Afirmou ainda que o Ambiente já fez um reforço a nível regional quanto ao apoio às freguesias, o que, supostamente, deve levar a que as Juntas de freguesia recebam mais dinheiro, chegando talvez a um total de 40.000€. A Câmara quando fez o reforço de 5.000€, foi prevendo a falha dos programas. Conclui dizendo que o dinheiro proveniente do apoio da câmara deve ser utilizado com a finalidade para a qual é prestado, isto é, deve ser utilizado não só em limpezas, mas em reforço dos programas existentes. António Toste reforçou que a Junta deve arranjar uma alternativa, pois esta não pode receber 37.000€ para limpezas e não as fazer. Disse ainda que não entende como outra Junta consegue se candidatar a seis programas e esta não.-----

O Presidente da Junta garantiu que enveredará esforços a fim de conseguir mais colaboradores, ao abrigo de outros programas, principalmente do PROSA.-----

José Élio Ventura interveio, referindo-se aos apoios às coletividades. Pretendendo perceber os apoios atribuídos recentemente e os critérios usados. Questionou para quando o regulamento que define os critérios de apoio às coletividades, tal como consta do manifesto eleitoral. Solicita ainda que, numa próxima reunião da Assembleia, seja apresentada uma relação dos apoios dados às coletividades, com a sua identificação e com o respetivo débito em conta. Questionou ainda sobre a obra da Canada do Capitão.-----

Alberto Melo referiu que o regulamento será elaborado dentro de pouco tempo. Disse que muitas coletividades participaram e o máximo que deram às coletividades foi trezentos euros, sendo usado o critério do número de pessoas que fazem parte das coletividades e consoante a atividade dos grupos.-----

João Leal acrescentou que o Executivo da Junta abonou com 300€ a Filarmónica Recreio dos



Lavradores da Ribeirinha, 50€ à participação do Judo, 50€ para a Academia Rítmica Terceirense, 50€ a escola de dança Dançarte, 200€ ao grupo Art´Fado, 300€ para a Filarmónica União Católica da Serra da Ribeirinha, 50€ para o Pedro Rodrigues, 50€ para o Donato Parreira, 200€ para o Grupo de Jovens e outros 200€ para os Escuteiros, 150€ para o Grupo de Teatro de São Pedro da Ribeirinha, 100€ para o Grupo liderado por José Vítor Miranda, 300€ para o Boavista, 50€ para o Estúdio Dois Passos, 300€ para o Grupo Folclórico e Etnográfico Recordar e Conhecer, 50€ para Tiago Toste e 150€ para a cantoria. Quanto aos prémios do concurso de Maios foram atribuídos 225€, sendo 100€ para o primeiro prémio, 75€ para o segundo e 50€ para o terceiro prémio. Ao Centro Social e Paroquial da Ribeirinha foi atribuído 300€.

Emiliana Gaspar referiu que desde que este Executivo entrou o Centro da Ladeira não recebeu qualquer tipo de apoio, quando anteriormente recebia pelo Natal e pela festa da Freguesia. Julgavam que receberiam pela altura da coroação, mas nada lhes foi atribuído. Disse ainda que este apoio é de grande importância para a ajuda do pagamento de despesas correntes como a luz, água, Meo e um ou outro passeio para os idosos.

João Leal disse que o critério foi apenas tentar chegar a todos. No Natal atribuíram o almoço aos idosos e agora atribuíram ao Centro da Ribeirinha por ter várias valências. Este garantiu que este apoio será dado a todas as coletividades da Freguesia. Os impérios receberam por altura do Espírito Santo, mas efetivamente falta o Centro de Convívio da Ladeira Grande. Mencionou que no Dia da Freguesia foram gastos 3.295€. No jantar dos pastores, almoço para o mato e berberete após o desfile das forças vivas da freguesia foram gastos 1.469€. Na tourada foram gastos 1.829€, 1.000€ para os ganaderos (500€ a cada um) e 829€ de outras despesas. Sendo que o total gasto na festa do dia da freguesia foi de 5.593,51€. A este valor há a adicionar 300€, valor gasto nas lembranças para o dia da Mãe, distribuídas nas Igrejas da freguesia.

José Élio Ventura tomou a palavra dizendo que então o principal critério definido para o apoio às coletividades foi o número de pessoas envolvidas em cada uma delas. Disse também que interpreta o contexto de “beneficiar e tentar chegar a todas as coletividades” como sendo um contexto de que não se chegou a todas as coletividades, mas que se irá chegar. Também deixou duas notas, sendo que uma delas foi pedir que se facultasse a relação dos apoios prestados às coletividades e também para quando a conclusão e apresentação do regulamento para que este seja analisado nesta Assembleia.

Alberto Melo respondeu que ainda não há data definida, mas que o processo está a ser estudado para que seja apresentado na assembleia. João Leal tomou a palavra salientando que também se validou o apoio às coletividades tendo em conta os dados históricos, ou seja, o que as coletividades recebiam no passado tentando assim equilibrar-se os valores. Reforçou que o histórico serviu como princípio orientador.

António Toste disse compreender que quem se encontra na frente da Junta tem que ter princípios orientadores para se poder guiar. Explicou também que o Centro Social da Ladeira Grande se trata de um Centro Social tal como o Centro Social e Paroquial da Ribeirinha, sendo que um tem mais pessoas e outro menos. Sendo assim, não concorda com o apoio prestado a um e o apoio não prestado ao outro, apelando assim ao bom senso do Executivo da Junta de Freguesia. Este fez referência ao histórico e afirmou que este não foi devidamente consultado pelo facto de, no ano anterior, os Centros de Convívio e Centro Social terem sido devidamente apoiados. Disse ainda, que respeita a decisão da Junta, mas que considera que estiveram mal. Reforçou que devemos apoiar e ter em conta as coletividades que se encontram com mais dificuldades e quais são os serviços que cada um presta. Acrescentou que é indispensável ter o regulamento devidamente pronto para ajudar em questões futuras.

João Leal esclareceu dizendo que quando se falou em Centros de Convívios pensou que tinham ficado



os dois de fora, o do Centro e o da Ladeira Grande. Julgando este que os Centros de Convívios seriam independentes dos Centros Sociais. Também fez referência ao histórico de apoio às instituições dizendo que, no último ano não houve dia de freguesia, o apoio total fornecido às coletividades foi cerca de 3.000€. João Leal também afirmou que falou com o Sr. Padre para fornecer o NIB da conta do Centro Paroquial da Ribeirinha mas o mesmo demorou a disponibilizar o mesmo.-----

O Presidente da Assembleia, tomou a palavra dizendo que qualquer dúvida sobre contabilidade que possa surgir, pode ser sempre esclarecido com o tesoureiro João Leal.-----

José Élio Ventura interveio falando sobre a segunda questão que havia colocado, ou seja, sobre a canada do Capitão.-----

O Presidente de Junta respondeu dizendo que a canada do Capitão está a causar muitos transtornos. Referiu que os fins-de-semana chuvosos atrasaram as obras na canada, mas que de momento a parede do André Pereira encontra-se quase pronta e referiu que orçamento de 25.000€ abrange só parte da obra, sendo que este orçamento quando terminar, o vereador Paulo Lima informou que a Câmara Municipal irá assegurar a finalização da obra. Assegurou ainda que, dentro de dois ou três dias a obra que se encontra dentro do orçamento da Junta ficará pronta e que será apresentado o devido relatório. Afirmou também que existe um problema na obra originado por um proprietário que não pretende ceder a terra.-----

José Élio Ventura mostrou-se surpreendido por haver um orçamento para concluir a canada e que este orçamento se encontra quase totalmente gasto sem que a obra seja concluída. Afirmou que parece ter havido um esgotamento das verbas muito acelerado. Afirmou também que tem sido prática corrente do município de Angra a delegação de competências, envolvendo as Juntas de freguesia, que têm um papel muito ativo no desenvolvimento das suas obras. De algum modo interpreta isto como uma perda do Executivo da Junta de Freguesia e o desperdiçar de uma oportunidade de levar a bom fim uma obra que é importante para a freguesia. Disse também que considera que em situações futuras a Câmara Municipal ficará a olhar para a Junta com alguma retração e com fortes dúvidas sobre a capacidade deste Executivo da Junta para executar as obras na nossa freguesia.-----

António Toste referiu que aquando da passagem da “pasta” do anterior Executivo para o atual, foram entregues orçamentos exaustivos relativamente à obra, pelo que o dinheiro era suficiente para a conclusão da mesma. Concluiu dizendo que o problema da obra foi o dinheiro gasto com trabalhos a mais pelo atual Executivo, nomeadamente em maquinaria e pedra. Em suma o insucesso da obra ficou a dever-se à incapacidade do Presidente da Junta para liderar a mesma.-----

Alberto Melo referiu que, André Pereira mostrou-se insatisfeito devido ao facto de na sua parede ter três tipos de pedra diferentes, tendo este ameaçado demolir a parede e que a forma encontrada de mitigar a insatisfação de André Pereira, terá sido encontrada em conjunto com Nelson Ananias e o vereador Paulo Lima.-----

António Toste mencionou que o dono da obra é a Junta de Freguesia, na pessoa do presidente, não devendo ser o Nelson Ananias ou o Miguel Oliveira a comandar a mesma, mas sim o Presidente da Junta, exemplificando quais deveriam ter sido os procedimentos para que o orçamento tivesse sido respeitado.-----

Alberto Melo referiu que, o anterior presidente José Fraga, não o informou da pedra que estaria disponível num prédio vizinho.-----

António Toste mencionou que na reunião de passagem da “pasta”, mostrou sempre a sua disponibilidade para colaborar com o atual Executivo e que Alberto Melo nunca procurou beneficiar da referida disponibilidade. Mais relatou que houve um descontrolo na gestão das máquinas e na parede de André Pereira.-----



Alberto Melo disse que a obra foi sempre falada com o vereador Paulo Lima, que chegou a falar com o presidente de Câmara Municipal sobre o assunto, tendo este último manifestado abertura para que a obra se concluisse e que, caso houvesse necessidade de reforço do orçamento a edilidade suportaria o restante custo.-----

António Toste considerou que devido à má gestão da parte da Junta de freguesia, a Câmara Municipal foi obrigada a assumir a obra e que tal nunca tinha acontecido no passado.-----

José Élio Ventura reforçou que o dono da obra é a Junta de Freguesia na pessoa do seu Presidente, e que este não deve desculpar-se com o vereador Paulo Lima, pois este tem as suas competências próprias. Lançou a temática da nova localização dos contentores de lixo no Terreiro das Covas, sendo um sítio perigoso para os utilizadores, obrigando os mesmos à travessia da estrada em cima de uma curva, sem que exista passadeira, o que obriga as pessoas a fazerem a separação do lixo em cima da faixa de rodagem. Referiu-se também ao facto de os veículos de recolha do lixo ficarem perigosamente em cima da curva, obrigando a uma circulação do trânsito que oferece perigo a todos, questionando quem terá decidido por aquela localização. Continuou informando ter sido confrontado por habitantes da freguesia, com a situação da carrinha da Junta da freguesia ter efetuado transporte de pedra da canada da Roseira para o Alto da Serra, questionando o Presidente da Junta se tal facto era verídico e qual o destino da referida pedra. Inquiriu ainda para que obra estaria a ser transportada e de onde foi removida.-----

Alberto Melo respondeu que a colocação dos referidos contentores, foi decisão do funcionário da CMAH Marco Vieira, que informou o Alberto Melo que na anterior localização alguns moradores se queixavam, bem como deverá arrancar uma obra em breve no anterior local. Alberto contactou o proprietário privado do terreno onde estão atualmente os contentores, não tendo sido levantada qualquer objecção.-----

José Élio Ventura disse não obstante o documento escrito que o presidente de Junta tem da CMAH em como o terreno tem proprietário privado, tem informação de que o terreno será da CMAH, dado que aquando do licenciamento do loteamento existente no local, aquela parcela onde estão os contentores teria sido objeto de um compromisso de cedência ao município para ali se construir um espaço de lazer. Informa relativamente à colocação dos contentores do lixo, que tem informação que a sua localização foi decisão do Presidente da Junta, pois na anterior legislatura numa reunião alargada com vários presidentes de junta e perante o descontentamento destes, foi então decidido que futuras alterações às localizações de contentores de lixo, obrigariam sempre a aceitação prévia do Presidente da Junta da respetiva freguesia. Reforçou novamente a perigosidade do local, fazendo referência ao histórico de acidentes já ocorridos naquele local.-----

Alberto Melo considerou que a anterior localização dos contentores era a ideal, referindo novamente as razões que levaram à alteração da localização. Quanto à situação da carrinha, o funcionário da Junta Emanuel Ataíde foi quem conduziu a mesma a título pessoal num fim-de-semana, autorizado por Alberto Melo, para remoção e transporte de pedras do prédio do Roberto Rocha, não sabendo o destino da dita pedra.-----

O Presidente da Assembleia questionou o Presidente da Junta, que sendo o condutor funcionário da Junta, a quem terá sido emprestado o veículo.-----

Alberto Melo respondeu que a carrinha transportou pedra de uma obra de um privado denominado Roberto Rocha.-----

José Élio Ventura alertou o Executivo da Junta para o precedente que este abriu, ao facultar o veículo, pois imagine-se que todos os habitantes venham a requisitar semelhantes serviços, qual será o critério, se será para todos ou apenas para alguns. Que a utilização abusiva de recursos públicos e do erário público é muito grave. Uma queixa sobre esta matéria ao Ministério Público, seria algo para o Presidente de Junta se colocar numa situação complexa. O Presidente da Junta não pode determinar

a utilização do veículo, utilizando um bem público no interesse de um privado, salientado que tal procedimento é crime.-----

António Toste questionou se a referida pedra transportada no veículo da Junta terá ido para a obra da Canada do Capitão, o que fazia sentido uma vez que faltando pedra à obra, a mesma tivesse sido utilizada para esse fim.-----

Alberto Melo disse desconhecer para onde foi a mesma transportada e que acha que não era pedra mas sim entulho.-----

José Élio Ventura considerou que sendo a Ribeirinha uma freguesia dinâmica e tendo sido efetuado um esforço para a mesma ter uma marcha nas Sanjoaninas, ocorreram boatos relativos às despesas da marcha, quem paga o quê, etc... questionando a Junta sobre o seu envolvimento na marcha.-----

Alberto Melo respondeu que a Junta de Freguesia em nada teve a ver com a organização da marcha, informando que foi uma comissão de senhoras, quem esteve à frente da organização, não fazendo estas parte do Executivo ou Assembleia da freguesia. Este passou a ler um esclarecimento de forma a esclarecer a Assembleia de Freguesia (cujo documento será anexado a esta ata, como sendo o anexo 1).-----

Wendy Vieira, confusa com a informação prestada pelo Presidente da Junta questionou se a marcha era ou não da Junta de Freguesia.-----

Helena Toste referiu que a marcha levou o nome da Junta de Freguesia e que a comissão organizadora foi mandatada pelo Executivo da Junta para o efeito.-----

José Élio Ventura pede confirmação ao Presidente da Junta, se a Junta vai passar um recibo a cada uma das pessoas, de forma a entrar na contabilidade da Junta Freguesia os referidos pagamentos. Mais referiu que não considera este procedimento normal e que esse dinheiro tem de estar documentado nas contas da Junta e de que não haveria necessidade de tal posição, devendo o atual Executivo ter aproveitado para marcar a diferença, devido à situação difícil da pandemia, dando o exemplo de diversos apoios concedidos a várias entidades, por diversas entidades oficiais. Referiu também a publicação de uma lei que os artistas convocados para eventos que tivessem sido cancelados devida à pandemia tinham de ser pagos, criando assim mecanismos de exceção. Manifestou o seu incómodo por este Executivo ter-se aproveitado de um esforço do anterior Executivo, para realizar receita para a Junta de Freguesia, mostrando a satisfação por as verbas que os participantes da marcha vão custear se virem efetivamente a refletir na contabilidade da Junta de Freguesia.-----

António Toste deu os parabéns pela marcha, pois representou a freguesia de forma condigna. Relativamente à questão se a marcha era ou não da Junta, referiu que, quer se queira ou não, a marcha foi efetivamente organizada pela Junta, pois no cartaz que precedia a marcha estava mencionado Junta de Freguesia da Ribeirinha, bem como no mesmo constava o brasão da Freguesia. Disse ainda que respeita o que foi efetuado, mas que anteriormente era feito de forma diferente, ou seja, a marcha representava a freguesia da Ribeirinha e não a Junta, criticando o facto de apesar da existência de um cartaz que mencionava Junta de Freguesia da Ribeirinha, o seu Presidente dizer que a Junta não tem nada a ver com a sua organização. Referindo ainda que, em anos anteriores, havia sempre pessoas que ajudavam na organização, mas existia sempre um responsável da Junta. Passou a ler uma ata de 26 agosto da anterior legislatura, na qual “era pretensão da Junta de Freguesia realizar a marcha da freguesia, para participar nas festas Sanjoaninas 2021. Devido à situação pandémica tal não foi possível de se realizar, assim a junta de freguesia assumiu o pagamento dos referidos tecidos, ficando os mesmos guardados no edifício sede da Junta, para que pudessem ser utilizados no futuro próximo”. Assim, esclareceu que o anterior executivo pretendia fazer uma marcha, mas a situação pandémica não o permitiu. Esclareceu ainda que, anteriormente, cada marchante ao levantar a sua roupa na costureira efetuava o respetivo pagamento. Perante o exposto



e, de modo à Junta não fugir às suas responsabilidades e tendo em conta o pedido do fornecedor dos tecidos para que o pagamento fosse efetuado, assumiu o anterior executivo esta responsabilidade de modo a salvaguardar o bom nome da freguesia. Tendo também existido a possibilidade da Junta oferecer os tecidos que, no seu entender seria melhor que do que a decisão tomada pelo atual Executivo. Questionou ainda se o Presidente da Junta, se recordava de aquando da passagem da pasta ao atual Executivo, o que terá sido dito sobre este assunto.-----

Alberto Melo respondeu que havia então sido informado que as roupas/tecidos já estavam pagos.-- António Toste acrescentou que, naquele momento, foi também solicitado ao atual Executivo que, quando fizessem uma marcha, informassem os participantes, que os tecidos haviam sido pagos pelo anterior Executivo.-----

Alberto Melo informou que todos os membros da marcha estão a par da situação.----- António Toste referiu ainda que deixaram a roupa paga, mas que a atual Junta não deveria ter cobrado aos participantes, não aceitando como justificação o facto do atual Executivo ter cobrado aos participantes da marcha com o argumento de que, anteriormente, os marchantes também pagavam, fazendo referência à anormalidade que foi a pandemia, referindo também que a Junta de freguesia não vende fazendas nem passa faturas, que a atual Junta não tinha necessidade de proceder como procedeu, pois a despesa já tinha sido assumida pelo anterior executivo, existindo contradições na política de apoios da Junta porque reduziu alguns apoios, vindo agora realizar receita com algo que já estava pago, não acreditando na palavra do Presidente quando diz que a Junta não fez parte da organização.-----

João Leal referiu ter questionado a contabilidade, tendo recebido informação que a situação proposta pela Junta era legal e que seria possível emitir faturas.-----

António Toste deu o exemplo da Câmara Municipal de Angra que no passado pagou roupas da marcha oficial, reforçando que a Junta podia pagar as roupas se assim entendesse e que neste caso estando as mesmas pagas não concorda com a política de cobrar aos marchantes. Referiu ainda que a questão dos tecidos lançou confusão nas pessoas e que outras marchas do passado foram para as ilhas, sem problemas nem discussões como aconteceu desta feita.-----

Diliana Pacheco interveio dando testemunho como participante da marcha de 2022. Disse que o tecido estava efetivamente na sede da Junta, mas não foi todo utilizado, pois também foi adquirido outro tecido de modo a efetuar os trajes da forma considerada pela organização como adequada. Ou seja, mesmo que a Junta não cobrasse o tecido que já estava pago, haveria sempre um custo com o novo tecido que foi adquirido. Lançou a questão, como seria para 2023, o que as pessoas iriam pensar se a Junta não tivesse cobrado os tecidos em questão.-----

António Toste referiu ainda que, independentemente do que faça, a Junta está sempre sujeita à crítica, dando como solução que a Junta oferecia os tecidos que já estavam pagos e cobrava apenas a parte correspondente aos novos tecidos adquiridos, como forma de mitigar os custos aos participantes.-----

José Élio Ventura tornou a questionar o já salientado na anterior reunião da Assembleia de Freguesia, no que respeita à canada de servidão que fica perto do tanque de água da canada do Capitão. Este referiu que havia sugerido ao senhor Presidente da Junta que pedisse ao IROA um parecer técnico. Disse ainda não acreditar que o responsável do IROA, por sua iniciativa, se tenha lembrado de ir asfaltar a dita canada. Dirigiu-se, assim, ao Presidente da Junta, dizendo que este é o órgão máximo da freguesia, não pode dizer que não sabe, que telefonou para este ou para aquele. Mostrou ainda o seu desagrado perante o facto de a Junta ter perdido o papel de dono da obra na Canada do capitão para a Câmara de Angra.-----

O Presidente da Junta respondeu ter ido junto do IROA e não lhe ter sido facultado tal parecer sobre a canada em causa. Argumentou ainda que tinha sido apenas alertado para a asfaltagem da canada

e que não havia sido solicitada a sua asfaltagem pela Junta de Freguesia. Ainda, sobre a mesma disse que esta, depois de asfaltada, trouxe benefícios uma vez que já choveu muito e não trouxe pedras nem lamas para o caminho.-----

António Toste disse que o Presidente da Junta faltou à verdade em relação à canada intervencionada pelo IROA. Referiu não ser contra a asfaltagem, apenas está contra a forma como esta foi feita. Mostrou à Assembleia um mapa do google com as medidas de toda a canada de servidão, dizendo que foram asfaltados 140 metros e que faltam apenas 110 metros. Disse ainda que, fica à espera da pavimentação do resto da canada e que todos já perceberam qual o motivo da pavimentação daquela canada. Insistiu dizendo que o Presidente da Junta tem de assumir as suas responsabilidades. Concluiu dizendo que o IROA argumentou não ser da sua competência fazer a canada do Serriola, no entanto, pôde asfaltar uma canada de servidão.-----

António Toste pediu ainda que, a ata em construção seja dispensada mais cedo aos elementos da Assembleia de forma a obter-se atempadamente uma maior consonância sobre a mesma.-----

O Presidente da Assembleia comprometeu-se a apresentar a ata da presente Assembleia de forma mais célere e acompanhada da cópia da gravação áudio, de forma que essa possa ser trabalhada e, assim, ir a aprovação na Assembleia seguinte.-----

-----Período da ordem do dia-----

Ponto Um – Atividade da Junta de Freguesia – abril a junho de dois mil e vinte e dois.-----

O Presidente da Assembleia, alertou todos os membros da Assembleia para a substituição do documento anteriormente distribuído sobre as atividades do segundo trimestre da Junta de Freguesia da Ribeirinha, dado haver lapsos de escrita e de conteúdo, deu explicação dos itens alterados e pediu assim, aprovação à introdução do novo documento. O pedido foi aprovado por unanimidade e foi feita a substituição do documento.-----

O Presidente da Assembleia cedeu a palavra ao Presidente da Junta. Este iniciou a sua intervenção, fazendo a leitura genérica do documento “Atividades da Junta de Freguesia abril/junho 2022” conforme exemplo distribuído a todos os elementos da Assembleia de Freguesia.-----

O Presidente da Assembleia deu de novo a oportunidade aos membros eleitos de levantarem eventuais questões, dúvidas ou esclarecimentos ao Executivo.-----

António Toste questionou o Presidente do Executivo sobre as aulas de Zumba, mais propriamente em que consistia essa parceria com a casa de Povo, ao que este respondeu que é na disponibilização do espaço da Casa do Povo para a realização dessa atividade.-----

José Élio Ventura interrogou o Presidente da Junta sobre as obras de melhoramento da canada de acesso ao tentadero do ganadero Manuel João, lamentando não terem sido atempadamente efetuadas para o dia da freguesia, criando um conjunto de constrangimentos e dificuldades conforme chegou ao seu conhecimento por diversos cidadãos da freguesia. Disse ainda não conseguir perceber como não foi possível ter efetuado os melhoramentos na referida canada para o dia da freguesia, uma vez que o Secretário da Agricultura e Desenvolvimento Rural tinha estado várias vezes na freguesia.-----

Alberto Melo argumentou que o problema das obras na canada de acesso ao tentadero do Manuel João se deveu a um problema com o empreiteiro e que também lamenta esta não ter sido efetuada atempadamente para o dia da festa da freguesia.-----

António Toste torna a referir o assunto da canada de servidão, sendo esta referida no documento das atividades da Junta, disse haver assim, uma contradição com o que foi dito pelo Presidente da Junta quando este já havia referido que não tinha sido a Junta a efetuar a asfaltagem da mesma mas sim o IROA. Disse ainda, esperar que esta asfaltagem da canada tenha sido o início e que esta mesma seja concluída.-----



José Élio Ventura disse ser conveniente referenciar no documento das atividades da Junta as entidades que colaboram nas obras efetuadas na freguesia. António Toste reforça e complementa a importância de estar mencionado as entidades que intervêm nas obras.-----

O Presidente da Assembleia pede ao Executivo para que o próximo documento das atividades da Junta seja mais detalhado de forma que se evite questões desnecessárias.-----

Wendy Vieira questionou o Executivo sobre a colocação do vaso junto à lombia na passadeira em frente à Sotran, na estrada regional, questionando o Presidente que se houver algum acidente quem é que paga o prejuízo. Ao que o presidente do Executivo respondeu que esta intervenção foi efetuada pela Secretaria das Obras Públicas.-----

Ponto dois – Apreciação e eventual aprovação da 2ª Alteração Modificativa ao Orçamento de 2022.-

O Presidente da Assembleia cedeu a palavra ao Presidente da Junta, este deixou a mesma ao Tesoureiro João Leal, dando este uma breve explicação sobre o mapa das despesas e das receitas, conforme documentos entregues a todos os presentes.-----

António Toste questionou João Leal se será benéfico para a Junta o investimento no *software*. Ao que o Tesoureiro respondeu que fez uma candidatura à DROAP, agora é pago o serviço, ficando a funcionária da Junta liberta de fazer os lançamentos, os documentos são digitalizados, não saindo assim da Junta. Este perguntou ainda, sobre quem está a fazer o jazigo no cemitério, ao que lhe foi respondido ser do senhor Francisco Ventura.-----

Depois de na última reunião ter havido dúvida quanto ao valor do vencimento de um presidente de Junta em situação de reformado, António Toste confirmou que, como tinha referido na anterior reunião, o valor deste é de 612€/mês. Questionou o Executivo sobre quando se prevê a entrada em vigor. Foi-lhe respondido pelo Executivo ainda não haver data prevista.-----

Não havendo mais questões o Presidente da Assembleia deu o ponto dois por concluído e levou a votação. Resultando em cinco votos a favor e quatro abstenções. Aprovado por maioria.-----

Ponto três – Ratificação do 1º aditamento ao Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências Anuais celebrado entre Município de Angra do Heroísmo e a Junta de Freguesia da Ribeirinha, a 18 de março de 2022.-----

O Presidente da Assembleia explicou que este ponto tinha ido à última Assembleia e não havia ido a votação, pelo facto de este ter várias incorreções.-----

Alberto Melo disse que, depois de devidamente corrigido, este documento torna a vir a esta Assembleia para ser submetido a votação. Fez referência ao ponto 2 alínea b) da cláusula 17ª com o reforço de 5000€ de forma a fazer face a despesas necessárias na manutenção dos espaços verdes, limpeza das vias e espaços públicos bem como para uma série de serviços.-----

O Presidente da Assembleia levou o ponto três a votação. Tendo este o resultado de nove votos a favor. Aprovado por unanimidade.-----

Ponto quatro – Ratificação do Contrato-Programa celebrado entre o Município de Angra do Heroísmo e a Junta de Freguesia da Ribeirinha, em 10 de maio de 2022.-----

O Presidente da Assembleia cedeu a palavra ao Presidente da Junta, que referiu que este é um contrato programa com a Câmara e que tem por objetivo a cooperação financeira com vista a apoio para substituição de parte do chão da Casa da Lata, no valor de 1.864,70€.-----

José Élio Ventura referiu que o presente contrato tem lapsos como, por exemplo, o cartão de cidadão do Presidente da Câmara estar caducado, avisando assim, para um maior cuidado na leitura e assinatura dos contratos.-----

O Presidente da Assembleia deu o ponto quatro por concluído e levou a votação. Resultando em nove votos a favor. Aprovado assim, por unanimidade.-----

Ponto cinco – Outros assuntos.-----

O Presidente da Assembleia deu a oportunidade aos presentes eleitos para exporem assuntos não tratados nos pontos anteriores e que achassem pertinentes serem abordados.-----

António Toste questionou o Presidente do Executivo se este tem ideia do dinheiro que já entrou na Junta desde janeiro até agora, ao que este respondeu que tem ideia de já ter entrado muito, mas que quem tem maior precisão sobre essa questão é o Tesoureiro. Este último referiu que estes valores são apenas orçamentados e não valores entrados. António Toste disse com precisão que o valor é de 21.478€, ou seja, um crescimento de 22% daí não haver necessidade de estar sempre a dizer que não há dinheiro.-----

António Toste considerou que o Presidente da Junta está de costas voltadas para o Centro Social uma vez que até à data nunca solicitou qualquer reunião e propôs de novo que o Executivo reúna com o Centro Social, visto que este apresenta algumas dificuldades financeiras e que a carrinha do Centro, serve as coletividades da freguesia e por isso deve merecer a atenção da Junta de Freguesia.-----

José Élio Ventura questionou sobre as candidaturas à GRATER, pela situação da habitação da senhora Maria Eugenia Couto e ainda sobre o caso da habitação de Diogo Ormonde.-----

Alberto Melo falou sobre a candidatura à GRATER, disse que foi entregue uma candidatura com um projeto de dois telheiros para a zona de lazer no valor de 240 mil euros, o que gerou polémica pois na última reunião foi dito pelo Presidente e lavrado em ata o montante de 40 mil euros. O Presidente do Executivo continuou explicando sobre a candidatura, disse assim, que retiraram do projeto inicial um telheiro, estando ainda assim, o projeto orçamentado em cerca de 112.000€, o que torna o projeto muito complicado, pois mesmo este sendo aprovado, o valor máximo é de 60.000€ ficando ainda em falta 52.000€.-----

José Élio Ventura alertou sobre o projeto apresentado por este achar inadequado, questionou ainda sobre quem o fez, ao que lhe é dado a saber que foi o João Leal. Disse então que, no seu entender, este tipo de projeto deveria ter sido dado a um projetista especialista nesta área.-----

António Toste questionou sobre o que se pretende fazer na zona de lazer, qual a dimensão da obra.-----

Alberto Melo falou que é um telheiro grande e que o custo maior é pelo facto deste ser forrado a pedra. Sobre a habitação da Maria Eugenia disse terem pedido à Secretaria da Habitação para rever a candidatura.-----

Helena Toste disse que quanto à situação da habitação do Diogo Ormonde, ainda não foi adquirida, estando a ser estudada a hipótese de ser a Câmara a comprar a casa e fazer as obras através de novos projetos. De qualquer forma, o Executivo não deixou de contactar com a Secretaria das Obras Públicas de forma a encontrar a melhor solução para este caso. Esta acrescentou que a situação da habitação da senhora Fátima Pamplona já tem a proposta de aceitação e a do Vítor Jorge está na fase de recolha dos documentos.-----

José Élio Ventura interveio dizendo não estar a compreender quando tivemos quase todos os elementos do Governo Regional na freguesia a comprometerem-se com o investimento na freguesia da Ribeirinha e agora querem mudar o processo para a Câmara quando este já tinha compromissos assumidos no passado pela Secretaria das Obras Públicas.-----

João Leal interveio dizendo que não é pretensão do Executivo transferir o ónus para a Câmara, apenas aproveitar o facto da Câmara ter atualmente projetos em que poderia englobar este caso, disse ainda que o que se pretende é sem dúvida resolver o problema dos seus cidadãos, e se for mais pertinente incluírem este projeto na Câmara, o Executivo não se opõe.-----

José Élio Ventura trouxe a sugestão para que as reuniões da Assembleia de Freguesia possam vir a ser transmitidas via *online*.-----

António Toste também fez referência à proposta das reuniões da Assembleia serem *online*, disse assim, que a proposta será apresentada na próxima Assembleia.-----

João Leal interveio dizendo que isto é assunto da Assembleia, não sendo o Executivo a tomar essa decisão.-----

António Toste respondeu pedindo que o Presidente da Junta seja coerente e que apele ao Grupo do PSD no sentido de votarem favoravelmente esta proposta, pois votou na Assembleia Municipal da Câmara de Angra para que a mesma fosse transmitida *online*.-----

O Presidente da Assembleia solicitou à secretária, Ângela Pires, a leitura da Minuta das Deliberações tomadas. Esta procedeu à respetiva leitura, tendo sido aprovada pelos membros da Assembleia de Freguesia, de forma unânime. Sendo assim esta foi assinada pela Mesa da Assembleia.-----

Terminada a ordem dos trabalhos, chegou o momento da intervenção do público.-----

O Presidente da Assembleia agradeceu a presença do cidadão da freguesia, senhor José Pedro Pacheco.-----

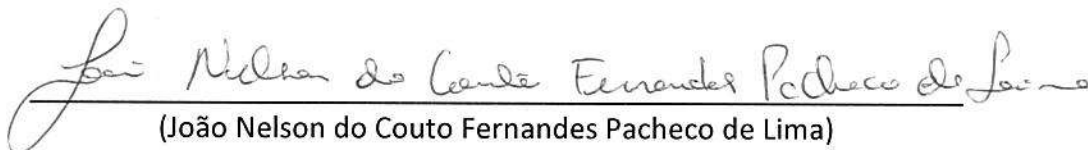
José Pedro Pacheco trouxe à Assembleia um assunto já de longa data. Referiu que tem um cerrado na canada do Capitão e que havia sido negociado com o anterior Presidente da Junta o recuo de uma parede e a renovação de outra. Mencionou que a referida renovação não foi concretizada. Neste sentido, este veio pedir ajuda ao atual Executivo e aproveitou a presença do membro da Assembleia António Toste, constituinte do anterior Executivo. Este último disse achar que José Pedro deveria falar com o senhor Fraga, Presidente do anterior Executivo, de forma a esclarecer o assunto, mas na sua opinião este problema deveria ter sido reportado e resolvido na vigência da obra. Pelo exposto por António Toste, José Pedro conclui que não tendo sido executado pelo anterior Executivo, o seu problema será de difícil resolução.-----

O Presidente da Assembleia interveio dizendo que agora a solução é José Pedro Pacheco pedir ajuda ao atual Executivo para resolver o problema.-----

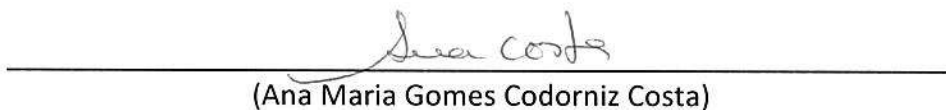
José Élio interveio referindo o já concluído pelo Presidente da Assembleia, em última instância o ónus da solução vai recair sobre no presente Executivo.-----

Não havendo mais nada a tratar, o Presidente da Assembleia agradeceu a todos os presentes a forma como decorreu a Assembleia, dando os trabalhos como concluídos pelas vinte e três horas e cinquenta e cinco minutos.-----

O Presidente da Assembleia de Freguesia,


(João Nelson do Couto Fernandes Pacheco de Lima)

A 1ª Secretária da Assembleia de Freguesia,


(Ana Maria Gomes Codorniz Costa)

NOTA: Anexo 1) da Ata da segunda Sessão ordinária da Assembleia de Freguesia da Ribeirinha- 2022

Esclarecimento – Marcha da Ribeirinha 2022

Tendo em conta algumas dúvidas que tem suscitado relativamente aos custos da Marcha da Ribeirinha 2022, nomeadamente ao custo relativo à aquisição dos tecidos para os trajes, cumpre a este executivo esclarecer o seguinte:

Em ata do Executivo da Junta de Freguesia de 26 de agosto de 2021, foi deliberado que seria a Junta de Freguesia a custear os tecidos já encomendados para as projetadas Marchas de 2020/2021, que, como é do conhecimento de todos, não se realizou derivado à Pandemia COVID 19.

Em 2020 existe uma despesa no valor de 1.280,00€

Em 2021 existe uma despesa no valor de 795,58€

Perfazendo um total de 2.075,58€

Apesar de haver uma fatura com data de 2020, só existe uma ata em agosto de 2021 onde essa decisão foi deliberada, depreendemos, no entanto, que tal decisão abrangeria os dois valores (2020 e 2021).

Se bem que a nossa (executivo) opinião pessoal nada tenha a ver com a decisão de quem de direito na altura, permitam-nos que consideremos tal decisão correta, pois não iriam ser os organizadores da marcha a assumir tal despesa por estarem “à frente” da marcha e destes serem “tão culpados” da pandemia, que nos privou durante dois anos dos festejos, como nós.

Posto isso, e recuperando a tradição da Freguesia em organizar uma marcha no corrente ano, foi informada a “organização da marcha” que haviam tecidos comprados que poderiam e deveriam ser utilizados para o efeito, sendo também esta uma forma de recuperar o valor assumido pela autarquia. Assim o atual executivo decidiu cobrar a cada marchante o valor a este atribuído, sendo que não foi a totalidade do tecido, pois devido ao molde escolhido foi necessário fazer alguns ajustes de modelo e sobrou tecido no valor de 508,43€ (que se encontra na junta podendo ser reaproveitado para outra situação/ocasião).

Posto isso, e informados os marchantes assim aconteceu.

Não é pretensão desse executivo abrir um precedente que teria repercussões futuras que trariam problemas financeiros à autarquia.

Surgiram alguns rumores de que as pessoas não teriam de pagar os tecidos pois a junta já os tinha pago (e assim o foi), mas certo é que em anos passados foram sempre os marchantes a assumir as suas despesas por participar nas marchas realizadas – e assim o deve ser – pelo que esse ano em nada foi diferente, apenas o destinatário do valor cobrado foi diferente pois este foi pago à autarquia que assim recuperou grande parte da despesa assegurada pelo facto da não realização de marchas nos anos de 2020 e 2021, mais concretamente o valor de 1.673,83€.

Essa verba será registada em rubrica própria e reposta à autarquia para utilização em outras atividades que esse executivo entenda por bem o fazer, salvaguardando os dinheiros públicos da Nossa Junta.

Sabemos que além dessa verba foi necessário adquirir os restantes materiais para composição dos trajes, cujas contas apenas dizem respeito à organização e marchantes da marcha 2022 pois não houve utilização de verba da autarquia.

Por fim e reconhecendo que a Marcha leva o nome da nossa freguesia, também é certo que a Junta não tem capacidade para pagar uma marcha, e tal como todos os marchantes, ora recentes ora de marchas de anos anteriores bem sabem, nunca foi a Junta de Freguesia a assegurar as despesas com os trajes de cada participante, reforçando que não é pretensão deste executivo abrir um precedente que consideramos injusto, quer perante os participantes que tão bem representaram a freguesia no passado, como perante os atuais e futuros marchantes que prezam a sua Freguesia com entrega e dedicação.

